



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO
SCS Quadra 09 Edifício Parque Cidade Corporate Torre B, Setor Comercial Sul - Bairro Asa Sul
CEP 70308-200 Brasília/DF
- <http://www.funai.gov.br>

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08620.004772/2022-49

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para manutenção em 23 (vinte e três) extintores no Centro de Formação de Política Indigenista - CFPI, em Sobradinho/DF, conforme as especificações, quantitativos, obrigações contidas no Termo de Referência e seus anexos.

GRUPO	ITEM	RECARGA DE EXTINTOR - TIPO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	CO2 6kg	3	R\$ 70,00	R\$ 210,00
	2	AP 10 LT	8	R\$ 30,75	R\$ 246,00
	3	PQS BC 6kg	9	R\$ 42,50	R\$ 382,50
	4	PQS ABC 6kg	3	R\$ 55,67	R\$ 167,01
	TOTAL		23		R\$ 1.005,51

2. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Como justificativa do pedido, informamos que as recargas dos extintores de incêndio é uma prevenção contra sinistro (incêndio) sendo uma obrigatoriedade às normas de segurança, conforme determinação da Portaria nº 237 de 03 de outubro de 2000 do INMETRO, NBR 12962 de 30/03/1998 e ainda objetivando atender exigência do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal para renovação do atestado de regularidade, permitir a correta utilização dos extintores de incêndio dentro dos respectivos prazos de validade.

Os Serviços de Recarga e Manutenção em Extintores de Incêndio, conforme a norma da ABNT – NBR 12962 e norma do Inmetro RTAC 000885 possuem garantia do serviço de 01 (um) ano e visam manter os equipamentos de prevenção de combate a incêndio em condições de serem usados a qualquer momento e a qualquer emergência, nas instalações físicas do CFPI/Funai. Consta-se, portanto, que as recargas de extintores têm validade para 12 (doze) meses, tendo a última recarga sido realizada no mês 02/2021, conforme consta no processo nº 08620.000491/2021-36.

Verifica-se ainda a indisponibilidade de recursos humanos para o atendimento desses serviços, visto que tratam-se de serviços que necessitam de conhecimento técnico específico e equipamentos que não são englobados na Fundação Nacional do Índio.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A solução como um todo consiste na contratação de empresa especializada na recarga de extintores na região de Brasília - DF.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998 e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO - abrangidas pelo Protocolo de Montreal, notadamente CFCs, Halons, CTC e tricloroetano, à exceção dos usos essenciais permitidos pelo Protocolo de Montreal, conforme artigo 1º, parágrafo único, do Decreto nº 2.783, de 1998 e artigo 4º da Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000.

4.2. Os serviços elencados devem ser prestados em consonâncias técnica com as normas:

4.2.1. NBR Nº 10.721:04 - Extintores de incêndio com carga de pó químico;

4.2.2. NBR Nº 11.715:03 - Extintores de incêndio com carga de água pressurizada;

4.2.3. NBR Nº 11.716:04 - Extintores de incêndio com carga de gás carbônico;

4.2.4. NBR Nº 13.485:99 - Manutenção de terceiro nível (vistoria) em extintores de incêndio;

4.2.5. NBR Nº 11.861:98 - Mangueiras de incêndio - Requisitos e métodos de ensaio.

5. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

5.1. Os bens/materiais a serem utilizados por ora da execução do objeto, deverão ser, no todo ou em parte, por material atóxico, biodegradável, bem como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares.

5.2. Na entrega dos materiais, estes deverão ser acondicionados, se possível, em embalagens compostas por materiais recicláveis.

5.3. Fazer uso racional de água e energia, evitando desperdiçar em situações que podem ser evitadas, ainda mais em tempos de escassez de tais insumos.

5.4. Efetuar o descarte correto dos materiais recicláveis quando tais serviços estiverem disponíveis, auxiliando na preservação do meio ambiente.

5.5. A contratada deverá seguir, no que couber, as diretrizes de sustentabilidade constantes no art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, de rol meramente exemplificativo, podendo a contratada adotar outros critérios que garantam a sustentabilidade.

6. MODELO DE EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. O Serviço deverá iniciar em até dois dias úteis do recebimento da nota de empenho e/ou acionamento da Funai e o prazo para execução é de até 5 (cinco) dias úteis referente à recarga, teste hidrostático, inspeção, troca de peças e manutenção dos equipamentos, etc.

6.2. Os extintores deverão ser retirados no CFPI, localizado em Sobradinho DF - Quadra 03 Área Especial 09, 73031-062, pela empresa contratada, em horário comercial, previamente agendado com o Serviço de Administração Predial.

6.3. A empresa deverá ser responsável pelo transporte dos extintores, bem como toda a mão de obra envolvida na retirada para recarga.

6.4. A empresa deverá ser responsável ainda, pela guarda dos equipamentos após a retirada.

6.5. No ato da devolução dos extintores em cada local retirado, após a recarga, a empresa deverá recolocar os extintores na parede (conforme o caso).

6.6. O objeto será recebido provisoriamente no ato da entrega do material, quando serão cotejados o quantitativo e a descrição contidos na nota fiscal, e definitivamente em até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento provisório, para aferição do direito ao pagamento e para a verificação da conformidade do objeto entregue com o que foi empenhado, ou, se acontecer, o embargo do recebimento, da data em que for sanada a irregularidade.

7. FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A forma de seleção do fornecedor será através de menor proposta global ofertada em fase de disputa da Dispensa Eletrônica de Licitação, conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 67, de 8 de julho de 2021.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Pelo fato do objeto ter características comuns, uma vez que a caracterização dos produtos e serviços enseja definições objetivas com base em especificações de mercado, recomenda-se que seja adotada a modalidade pregão na forma eletrônica, pelo critério do Menor Preço, de acordo com o que prevê a Lei nº 10.520/02 e o Decreto nº 5.450/05.

8.2. O pagamento somente será realizado após a prestação dos serviços, sendo vedado o pagamento adiantado de qualquer natureza.

8.3. Em até 30 dias após o recebimento definitivo pela área demandante a Nota Fiscal da contratada deverá ser encaminhada ao setor de pagamento devidamente atestada.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Não contratar em hipótese alguma funcionários menores de 18 (dezoito) anos

9.2. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

9.3. Responsabilizar-se pelos danos ou prejuízos causados ao pessoal, bens ou instalações, do Funai ou a terceiros, em consequência de seus atos, e, ou, omissões na execução do objeto contratado;

9.4. Responsabilizar-se por todas as despesas referentes ao deslocamento de seus funcionários;

9.5. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, encargos sociais, impostos, além das decorrentes do cumprimento das obrigações trabalhistas, taxas, impostos, sem qualquer ônus a Funai;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das normas internas do Contratante, durante a execução do serviço;

9.7. Executar o objeto contratado de acordo com as condições previstas no Termo de Referência e com as normas legais vigentes;

9.8. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências do fiscal do contrato, inerentes à execução do objeto contratual.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exercer a fiscalização do objeto contratado por intermédio de servidores especialmente designados.

10.2. Realizar rigorosa conferência das características do objeto, somente atestando documentos da despesa quando comprovada a execução total, fiel e correta dos serviços contratados;

10.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações do mesmo, quando se fizerem necessárias;

10.4. Comunicar a Contratada quaisquer irregularidades observadas na execução do objeto contratado;

10.5. Permitir acesso da Contratada nas dependências da Contratante para execução do objeto contratado observando as normas de segurança pertinentes;

10.6. Proceder aos pagamentos devidos à Contratada, nas condições e preços pactuados;

10.7. Prestar informações e esclarecimentos que virem a ser solicitados pela Contratada, desde que seja do seu conhecimento e pertinente aos serviços contratados.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

11.1. Comete infração administrativa, ainda, nos termos da Lei nº 14.133/21 a Contratada que:

11.1.1. Não receber a Nota de Empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.2. Inexecutar total ou parcialmente o objeto da aquisição;

- 11.1.3. Apresentar documentação falsa;
- 11.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 11.1.6. Descumprir qualquer dos deveres elencados no Termo de Referência
- 11.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções: I. advertência II. multa; III. suspensão; e IV. declaração de inidoneidade.
- 11.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo natureza e a gravidade da falta cometida observado o princípio da proporcionalidade.



Documento assinado eletronicamente por **JHONATAN THIAGO RODRIGUES DA SILVA, Indigenista Especializado(a)**, em 08/06/2022, às 09:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site:
http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4184290** e o código CRC **66CDFCD0**.